

LITERATURA MEDIEVAL

Volume II

ACTAS DO IV CONGRESSO
DA
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de
AIRES A. NASCIMENTO
e
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte
Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: **EDIÇÕES COSMOS**

1ª edição: Maio de 1993

Depósito Legal: 63839/93

ISBN: 972-8081-05-7

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

Texto e Metatexto Historiográfico em Fernão Lopes

Américo António Lindeza Diogo

Universidade do Minho

1. Cícero, no *De Oratore*, ao definir a história como narração verdadeira de factos passados, não distingue entre o plano da diegese e o plano do discurso — ou, mais simplesmente, entre o plano da enunciação e o plano do enunciado —, e não considera nem a possibilidade de uma história do presente¹, nem a possibilidade de uma história não narrativa.

1.1. A definição de Cícero — que podemos considerar uma definição mínima — não decide, assim, entre uma definição de história, pelo domínio dos objectos, como *res gestae*, e uma definição pelo domínio do discurso (no seu caso, narrativo), como *rerum gestorum*.

Vossius, no século XVII, desloca a questão, definindo a disciplina pelo conhecimento dos factos passados; e liga-a à Retórica e à Poética, adscrevendo-lhe uma preceptiva (cf. Mignolo, 1981: 366-67 e ss).

Contemporaneamente, pensadores tão importantes como um Ricoeur não verão incompatibilidade de espécie alguma entre narrar e conhecer, duvidando até da possibilidade de existência de uma história não narrativa; e um Hayden White não se coibirá de juntar a 'narrar' e a 'conhecer' uma Retórica que é essencialmente topológica. Porque se o critério de verdade é um princípio necessário para a definição de qualquer discurso historiográfico *qua* historiográfico, ele não é, no entanto, suficiente, e, sobretudo, não funciona como noutras disciplinas (por exemplo, a lógica, e também a filosofia). O critério de verdade, em história, funciona nos planos da enunciação e do enunciado (a verdade pode ser *de dicto* e *de re*) e foi sendo pragmaticamente definido, por relação «à causa eficiente» (o historiador) e [à] «causa final» (o fim da história)» (Mignolo, 1981: 369). Como consequência, a ordenação dos factos, os processos discursivos, os elementos de persuasão retórica são determinantes e ocorrem a um nível de aberta explicitação textual — e sem problemas de consciência, a bem dizer — em toda a historiografia ante-positivista. De qualquer modo, não parece possível ir muito longe em termos de estabelecer «relações directas entre os critérios lógicos e historiográficos de verdade» (idem: 369). Como disse Benveniste da psicanálise, aqui «os 'fenómenos' são governados por uma *relação de motivação*, que ocupa o lugar daquilo que as ciências da natureza definem como uma *relação de causalidade*» (Benveniste, 1976: 76); e a explicação é apenas parcial: caso em que um *explanans* não implica que um evento ou um acto particular, — matar o conde Andeiro, por exemplo — caia numa classe restrita dos actos ou dos eventos, *W*, mas somente numa classe mais ampla, *F* — que incluiria, por exemplo, *casar com Leonor Teles* —, a qual abrangeria todos os actos ou eventos que satisfariam o que matar o conde Andeiro satisfaz (digamos, um desejo de mais honra do Mestre) (cf. Hempel, 1962: 177-78). A narração funciona justamente como uma explicação deste tipo. Arthur C. Danto, por exemplo, reescreve narrativamente a explicação de tipo lógico-dedutivo: 1) $X \text{ é } F \text{ em } t_1$; 2) H acontece a X em t_2 ; 3) $X \text{ é } G \text{ em } t_3$. Os pontos 1 e 3 constituem o *explanandum*; o ponto 2 constitui o *explanans* (cf. Danto, 1968: 236).

2. Não há dúvidas de espécie alguma quanto à importância que a narração assume no discurso historiográfico de Fernão Lopes. Mário Martins, num pioneiro estudo, mostrou mesmo os antecedentes literários dos processos narrativos do cronista. São as «frases de orientação», que funcionam como placas giratórias, «frases de transição e recolagem» (cf. Martins,

1977: 24). O seu papel seria essencialmente recolectivo e prospectivo, anafórico e catafórico: «(...) ora resumem o que se acabou de contar, para o leitor ficar, assim, com uma ficha interior para depois se lembrar, ora chamam a atenção para os novos acontecimentos e servem então de cicerone» (idem: 4). Noutra perspectiva — mais local — os processos discursivos apresentam-nos uma tecitura bastante cerrada, que aproveita dos índices da língua através dos quais se passa do enunciado à enunciação e vice-versa (*shifters*). Adaptando Roland Barthes, diria que Lopes utiliza *shifters* testemuniais, tectónicos e de protagonização (cf. Barthes, 1987: 121).

Os primeiros referem o acto verbal de transmissão de informação sobre esses acontecimentos, não raro associados à protagonização. Os segundos poderiam classificar-se em termos de imobilidade («per quanto dissemos», por exemplo), subida («neste ponto»), descida («onde sabeis»), anúncio («afirmam que foi desta guisa» ou «Do que a rainha disse por a morte do comde, e doutras cousas que hi aveherom»), e paragem («leixemos o page hir hu lhe mandarom»), que corresponde, em geral, à primeira parte de uma metalepse de autor, através da qual este, passando do nível extradiegetico para o nível intradiegetico, simula criar os efeitos de que escreve (o conjunto funciona segundo aquilo a que um Coseriu chamaria aspecto verbal de visão globalizadora).

Os terceiros, que podem igualmente co-ocorrer com os anteriores, têm a ver com a presença do enunciator no discurso, assumindo uma dimensão retórica evidente, onde estão muito presentes os épico-deicticos (*sabede, ora esguardae*, etc.).

Regressando ao âmbito do global, poderá dizer-se que estes processos articulam a dimensão episódica e a dimensão configurativa que qualquer entrechamento comporta. Trata-se, em suma, de seguir o fio da história: «seguir uma história», escreve Ricoeur, «é progredir pelo meio de contingências e peripécias, sob a pressão de uma expectativa que tem o seu preenchimento na 'conclusão' da história» (Ricoeur, 1982: 7). Mas a conclusão não é coisa que decorra logicamente de premissas. Se é um ponto final, é-o enquanto ponto de vista «donde a história pode ser vista como um todo» (idem: idem). Quer dizer: a conclusão da história não é propriamente previsível; é meramente aceitável — tem a ver com uma «relação de conveniência com os episódios *arrazoados* pela história» (idem: 8). Na dimensão configurativa, os eventos não são uma série aberta. Se a sucessão garante o fio da história, há a considerar a recollecção, governada pela maneira de acabar. E a maneira de acabar não é coisa superveniente (nem sequer, provavelmente, numa narrativa exteriormente articulada em termos de «e depois»). O poder de esquematização simbólica e linguística é dado no interior de tradições e configura-se em programas de causalidade, de que só posso apontar aqui o carácter irredutivelmente heterogéneo. No que toca a Fernão Lopes, recomendaria as leituras de António José Saraiva, de João Gouveia Monteiro, de Carlos Riley, de Luís de Sousa Rebelo (que considera as três crónicas existentes globalmente articuladas como um macrotexto). Fala este último autor de um programa de persuasão, «cujo eixo semiológico assenta na questão do poder político considerado em função da família real (...) e da ideologia do consenso popular com que aquele poder se justifica» (Rebelo, 1983: 18). Não muito diferentemente, Saraiva mostra como Lopes reescreve os valores da honra, da guerra, e da defesa do reino, sempre em função da justificação e legitimação da nova dinastia saída da crise de 1383 (Saraiva, 1988: 178 e ss). A isto se deveria acrescentar o mito da geração de Avis, a imagética da comensalidade que toma para modelo o romance arturiano e a tábola redonda, o desvio «napoleónico» ou «bismarckiano» de forças e afectos mais ou menos subterrâneos, movidas por aspirações milenaristas, para aquela ínclita geração, etc. Só isto permite casos de coerência narrativa tão excepcionais como (i) a silepse inicial da crónica de D. João I, que, justapondo todas as tentativas frustradas para matar o Andeiro, conduz à «conclusão» de que a Providência escolhera o mestre para tal tarefa, (ii) a reescrita da história em «séries homogéneas» (cf. Madureira, 1984: 75), (iii) uma poética «artrológica» tão fina como a que, nesta mesma crónica, através de frases de ligação e recolagem, produz uma sequência inicial de vinte

quadros-chave (cf. Monteiro, 1988: 113) — Gouveia Monteiro fala, aqui, de «dobradiças» quase de tipo lógico (idem: 114) —, e, finalmente, (iv) o desembocar de todos os fios narrativos em dois episódios, que funcionam como «conclusão»: o cerco de Lisboa e a batalha de Aljubarrota, qualquer deles a surgir com o destaque e o dramatismo de um ordálio (cf. Saraiva, 1988: 184 e *passim*). A dimensão explicativa de uma narração é sempre algo desta ordem.

Tais programas não ocultam sequer a presença de programas narrativos concorrentes. Dir-se-ia, até, que nos conflitos que Fernão Lopes encena perpassa um que tem como objecto o próprio tempo histórico. Não só neste estão em causa as gerações e a sua mesma sucessão (quem esteve em tal luta, quem não esteve, a boa e mansa oliveira portuguesa, etc.), como a própria existência histórica. Os partidários de Leonor Teles exprimirão, por exemplo, o desejo de que Lisboa, como diria Ricoeur, desapareça historicamente, enquanto vestígio presente de um passado ausente (cf. Ricoeur, 1986: 30). Veja-se no fim do capítulo XVI da primeira parte de *D. João I*, a atitude dos partidários da rainha que me lembra a Cartago das guerras púnicas: «(...) nom minguava dos de sua companhia quem pollo caminho, oolhando por de tras dissesse comtra Lixboa: que maaõ fogo a queimasse, e que ainda a visse estroida e arada toda a bois» (Lopes, 1983: 38).

3. Vejamos, agora, o que Fernão Lopes escreveu do seu ofício. Para isso, cingir-me-ei, apenas, ao prefácio da crónica de D. João I, I Parte, que funciona como um verdadeiro metatexto.

O ofício de historiador corresponde a um «carrego dordenar estorias» (Lopes, 1983: 1). É esta a definição mínima do ofício e a primeira aparição no texto da isotopia da ordem. Não se duvida minimamente que historiar seja narrar e que a narração deva ser ordenada. Fernão Lopes parte da definição para questionar certas práticas que situam a questão da verdade imediatamente no campo da causa eficiente, isto é, da «responsabilidade ético-programática», depositada no historiador por quem lhe dá o «carrego» (cf. Mignolo, 1981: 370). É o célebre trecho da *mundanal afeição*. Muitos cronistas tomam nela «grande licença» e são muito favoráveis aos seus contrerrâneos no «recomtamento de seus feitos».

Sendo a *mundanal afeição* conformidade de coisa e entendimento, o cronista discute do que gera tal conformidade: (i) a terra «em que per longo costume e tempo foram criados», que inibe juízos desfavoráveis e inflacciona os favoráveis, (ii) «o corpo, o sangue e spritus gerados» do que se come, (iii) a própria «semente, no tempo da geeraçom», que nos deixa a conformidade, quer acerca da terra, quer dos parentes.

Isto equivale a pôr uma total ênfase na solidariedade (como, por oposição à objectividade, a define um Rorty); e o indivíduo desaparece, como se vê na citação de Cícero: «Nos nom somos nados a nos mesmos, porque huia parte de nos tem a terra, e outra os parentes» (Lopes, 1983: 2). Este discurso aplica-se, seguidamente, a um objecto específico: «alguus estoriadores que os feitos de Castella, com os de Portugall escpreverom». A qualificação desses «estoriadores» mostra-nos que estamos ainda no campo de uma definição pragmática da verdade, e ainda em torno da causa eficiente: o historiador deve ser, à partida, homem de «boa autoridade», o que não impede, aliás, a influência da *mundanal afeição*².

O cronista contrapõe, então, o seu caso e o daqueles *homees de boa autoridade*: o seu desejo foi escrever verdade, «sem outra mestura, leixando nos boos aquecimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao poboo, quaaes quer contrairas cousas, da guisa que aveherõ» (idem: idem). Se os valores éticos, na proscrição do fingido louvor, são ainda determinantes e, se assoma, pela primeira vez, a causa final — mostrar ao povo... —, é de notar que aqueles valores abrangem os estilísticos. Escrever verdade é escrever «nuamente».

É especialmente notável, aqui, a isenção do cronista por relação à *mundanal afeição*, isenção que a definição desta logicamente não consentiria. Estamos perante um acto eminentemente retórico (algo da ordem da lítotes): «pondo de parte toda afeição», escreve Lopes, «que por aazo das ditas rrazões aver podiamos...». Reduz-se, por um lado, a uma mera

possibilidade o que era, nos seus próprios termos, inescapável; e, por outro lado, a meu ver, por referência à possibilidade, joga-se na contraposição de dois conjuntos de valores. Porque a afeição deixa de ser negativa em termos éticos, e torna-se neutra, se não se situa mesmo no limiar da positividade. Deste modo, com os homens de boa autoridade, dominados por aquela, contrasta um Fernão Lopes ainda mais qualificado, que segue de algum modo uma ascese («Oo ! com quamto cuidado e diligemça vimos grandes vollumes de livros (...) e outros logares nas quaaes depois de *longas vigílias e grandes trabalhos*, mais çertidom nom podemos da contheuda em esta obra» (idem: idem; grifos meus), e que submete o seu estilo igualmente a uma acese: «se outros per ventuira em esta cronica buscaram a fremosura e novidade de pallavras, e nom a çertidom das estorias, desprazer lhe ha de nosso rrazoado, muito ligeiro a elles douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar» (idem: idem). Ainda neste último domínio, os valores éticos sobrepujam os estéticos, desde logo na muito significativa rejeição da *fremosura*. A verdade, diz-se adiante, é «simprez», em contraste com a «afremosemada falssidade».

Como se vê, o cronista que, aliás, como diria António José Saraiva, se atém a uma metáfora tabeliônica da verdade — *passar çertidom* —, sobre ser «homem de autoridade», pretende outras qualificações, que têm deveras a ver com uma responsabilidade ética. Esta, para além da ascese, é contígua com a necessidade de proceder a distinções, como, desde logo, entre errar e mentir. Mas o que mais impressiona é, segundo creio, aquilo a que peço licença para chamar a solidão do historiador. Face a todos os outros, que *não são nados a si mesmos*, o cronista diz-se só — isto é, perante Deus —, com o seu desejo de escrever verdade «sem mestura». Estamos perante a manifestação de uma racionalidade substantiva, ética, de cariz textualista, tal como no-la explica Brian Stock (cf. Stock, 1983). O cronista define-se como um indivíduo, que emerge do território enclausurado da solidariedade social, perante textos, «vestidos de fé», ou não, acessíveis à razão crítica, que guardam a verdade ou uma porção dela — sejam livros ou *pubricas escripturas* — e que funcionam como modelos de percepção da realidade. São aquelas públicas escrituras que lhe fornecem a metáfora tabeliônica — e é, sobretudo, aquilo que aflora na definição final do ofício como «hordenar a nua verdade». Aqui, há, decerto, uma metáfora que saltou, por assim dizer, para a ordem ontológica. Porque o que o cronista fazia era ordenar não a verdade mas histórias (o que implicava uma versão debilitada da verdade, enquanto verdade *de dicto*); e, agora, verdades *de dicto* e *de re* convizinhavam confiantemente no interior da mesma actividade racional: ordenar, no interior de um discurso despojado (isto é, também ele «racionalizado»).

Nota-se, enfim, como a causa final depende da causa eficiente. Confiada a verdade à responsabilidade do historiador, que praticamente se resolve enquanto actividade ordenadora, o texto conclui sem problemas no campo da causa final, referindo de forma algo alusiva o *topos* da história como *magistra vitae*: «os claros feitos, dignos de grande rrenembrancha, do mui famoso Rei dom Joham (...) breve e sãamente contados, poemas em praça na seguinte hordem» (Lopes, 1983: 3).

Em resumo, Fernão Lopes caracteriza o seu discurso como narração verdadeira, e a verdade dela é ética e pragmaticamente configurada:

- (i) em função do historiador, homem de autoridade, que a ela se apegar;
- (ii) em função de uma finalidade formativa, sustentada pelo *topos* da história como mestra da vida;
- (iii) em função de um modelo textualista de racionalidade ética, que procura o despojamento estilístico, usa dos textos como modelos estruturadores da realidade (a própria ordenação narrativa), e supõe um autor individualmente responsabilizado (perante a verdade, justamente).

Notas

¹ Já Tácito distinguia entre História e Anales, com base na oposição presente/ passado. Mas a escolha, por assim dizer, espontânea do passado, talvez se compreenda na base de um certo estatuto certamente imaginário — de plenitude ontológica que ele facilmente nos extorpe e que nós não menos facilmente lhe concedemos. Poderia pensar-se numa certa analogia não de todo infundada entre o discurso historiográfico e o «discurso» fotográfico. Uma fotografia — clássica, digamos — impõe a presença do referente. Do mesmo modo, no que é passado funciona como que um certificado de existência, justamente porque parece ser uma realidade conclusa e decorrida, um todo perceptível como tal. Harald Weinrich, por outro lado, mostra-nos que um sistema de tempos verbais passados tende a impor-nos a ideia de acontecimentos organizados como um todo. Este todo equivaleria a uma plenitude ontológica.

² Cabrera de Córdoba (1611) definia pragmaticamente a disciplina do seguinte modo: «é a história narração da verdade *por homem sábio*, para ensinar a bem viver» (*apud* Mignolo, 1981: 369; grifos meus).

Bibliografia

- I.
LOPES, Fernão (1983) — *Crónica de D. João I*, I vol., Porto, Civilização.
- II.
BARTHES, Roland (1987) — «O Discurso da História», in *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70.
BENVENISTE, Emile (1976) — *Problemi di Linguistica Generale*, Milano, Il Saggiatore.
DANTO, Arthur C. (1968) — *Analytical Philosophy of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
HEMPEL, C. G. (1962) — «Explanation in Science and History», in S. Hook (ed.), *Philosophy and History*, New York, New York History Press.
MADUREIRA, Nuno L. (1984) — «Como Fernão Lopes Escreveu a Crónica de D. João I», *História*, nº 74.
MARTINS, Mário (1977) — «Frases de Orientação nos Romances Arturianos e em Fernão Lopes», *Itinerarium*, Ano XXIII, nº 95.
MONTEIRO, João G. (1988) — *Fernão Lopes, Texto e Contexto*, Coimbra, Minerva.
MIGNOLO, Walter (1981) — «El Metatexto Historiográfico y la Historiografía Indiana», *Modern Language Notes*, Hispanic Issue, vol. 96, nº 2.
REBELO, Luis de S. (1983) — *A Conceção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.
RICOEUR, Paul (1982) — «Entre Temps et Récit: Concorde/ Discorde», *Recherches sur la Philosophie et le Langage*, nº 2.
(1986) — «Il Tempo Raccontato», *aut aut*, 216.
SARAIVA, António J. (1988) — *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
STOCK, Brian (1983) — *The Implications of Literacy: written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries*, Princeton, N. J., Princeton University Press.